

Futuro Passado: a história que 2022 deixará sobre 1822 (Texto de apresentação ao dossiê especial dos 200 anos de independência)

Future Past: the story that 2022 will leave about 1822 (Introductory text to the special dossier on the 200 years of independence)

Maria Renata da Cruz Duran¹



Quando d. Pedro I foi consagrado como Imperador do Brasil em 1822 ele recebeu um cetro em cuja ponta figurava uma espécie de dragão medieval com apenas duas patas dianteiras, um rabo em forma de seta e uma língua dividida em duas pontas. Era necessário que a língua da serpe se desdobrasse em duas pontas para agradar a todos e que o rabo do bicho indicasse o passado para sustentar o futuro. Na capa desse dossiê está a dita serpe. Os olhos que reluzem ali, entretanto, foram colocados para a consagração do segundo Pedro. Na época da Independência, a epítome que guiava o Brasil estava cega.

Em 2022, somos a serpe de d. Pedro I, esperando que o futuro nos brinde com seus olhos de diamante. Nossos discursos estão tão divididos quanto antes e o tema da extensão da liberdade ainda rivaliza o da radicalidade da independência. Não obstante, a seta que aponta para o passado pode hoje significar um apoio no combate à desinformação. Eis um dos papéis das efemérides históricas: nos colocar diante de um mesmo conjunto de informações, fontes e narrativas a fim de que possamos debater nossas visões de mundo, de história e de futuro. Esse debate é importante para que possamos compreender e lapidar formas de verificação das fontes e informações, de avaliação da construção argumentativa, lógica e responsável das ideias, de desenvolvimento de projetos de futuro. Nesse intuito, apresentamos aqui quatro seções: a primeira caracterizada pelas pessoas que compuseram a Independência, a segunda pelos direitos que configuraram essa Independência, a terceira pelos projetos e a quarta pelas palavras que materializaram uma literatura da Independência. Por fim, apresentamos um projeto de divulgação do conhecimento histórico pelo rádio, onde muito do que foi produzido para o presente dossiê se encontra preparado para uso em sala de aula e, por que não dizer, para discussão entre amigos.

Na dianteira de nosso dossiê, o leitor irá encontrar uma história das pessoas que fizeram a Independência do Brasil. Em 2022, negros, índios e mulheres estão na linha de frente dessa História da Independência. Paralela à renovação dos grupos aos quais voltamos nossas atenções é a reinvenção metodológica dos estudos comparativos transnacionais, bem como a emergência de uma História do Ensino como aliada da historiografia na compreensão da definição de um tema tal como a Independência que se pretendeu destacar aqui.

O primeiro artigo dessa seção foi escrito pelo experiente historiador Willem Klooster. Formado pela Universidade de Groningen e doutorado pela Universidade de Leuven, desde 2019, o professor Willem Klooster ocupa a cadeira Robert H. e Virginia N. Scotland em História e Relações Internacionais



na Clark University, onde leciona há quase 20 anos. Na última década, o professor publicou mais de 5 obras em editoras renomadas, como a Cornell University Press; co-editou os 37 volumes da série Brill Publishers Atlantic World Series e co-edita a prestigiada “Cambridge History of The Age of Atlantic Revolutions”. Com o livro “The Dutch Moment” ganhou o Prêmio Hendricks, que se dedica a galardoar obras sobre a experiência colonial holandesa. Nesses termos, seus interesses giram em torno de uma história global e complexa do Atlântico. Entre seus livros mais recentes está “Spanish American Independence Movements: A History in Documents”, pela Broadview Press, em 2021.

O artigo “Nonwhites and Brazilian independence in comparative perspective” apresenta um esforço hercúleo de comparação do papel dos não-brancos - indígenas e negros - nos processos de independência em toda a América, do norte ao sul. Na primeira parte do texto, revisando uma bibliografia recente, bem como recorrendo a fontes detalhadas, o autor distingue a alforria e a liberdade de africanos e afro-descendentes nos territórios americanos. Pontua as correlações entre a expectativa de alforria e as lutas por independência. Demonstra a limitação das consequências da independência para a liberdade das populações estudadas. Na segunda parte do texto, o autor revisa a árida historiografia sobre o mundo indígena latinoamericano lembrando do misticismo que envolve a questão e que envolveu os próprios indígenas do período. No jogo de ilusões criados para enredar ou excluir essas populações no tema da independência, o autor destaca, as distancias e proximidades que, entre negros e índios, permitiram alinhá-los numa mesma agenda de estudos, numa mesma luta por direitos, num mesmo campo de ações muito mais bélico e ativo do que a historiografia tradicional costuma reconhecer.

O segundo texto dessa seção foi escrito por Hendrik Kraay. Hendrik Kraay é um dos mais conhecidos brasilianistas estudiosos da Independência do Brasil. Com doutorado pela Universidade do Texas/Austin (1995), leciona na Universidade de Calgary desde 1997. É autor de muitos livros e artigos, sendo alguns dos mais recentes: Bahia's Independence: Popular Politics and Patriotic Festival in Salvador, Brasil, 1824-1900 (McGill-Queen's University Press, 2019), Days of National Festivity in Rio de Janeiro, Brasil, 1823-1889 (Stanford University Press, 2013).), e Raça, Estado e Forças Armadas no Brasil da Era da Independência, décadas de 1790-1840 (Stanford University Press, 2001).

O belo texto apresentado pelo autor mescla historiografia e fontes consistentes e novas no estudo da independência. Esse presente que nos foi dado por um historiador que aborda a trajetória de um dos comandantes do



regimento baiano dos “Henriques”, que abrigava a milícia negra da antiga capital do Brasil. Longe de restringir-se a uma biografia de Francisco Xavier Pereira, o Bigode, o texto pretende apresentar uma epítome dos “esquecidos da independência” e, nessa economia da memória, uma equação do Império brasileiro em função das questões raciais. No texto, elementos de uma igualdade colonial são contrastados com a repressão imperial empreendida especialmente contra o protagonista desse artigo, trazendo à tona uma velha tensão entre o barroco e o liberalismo que, nem na Independência nem nos dias atuais parecem ter se resolvido.

O terceiro texto dessa seção é fruto de um esforço coletivo das professoras Carollina Carvalho Ramos de Lima e Ana Heloisa Molina e foi intitulado “O jogo duro do Dois de Julho e as narrativas sobre a participação da Bahia na Independência do Brasil em livros didáticos regionais para os Anos Iniciais”. Carollina Carvalho Ramos de Lima é docente permanente da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), licenciada e mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), pesquisadora ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Memória e História da Educação - MEHED, está na coordenação do subprojeto de História do PIBID/UFBA, é docente no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHIS), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente, desenvolve pesquisas de pós-doutorado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Ana Heloisa Molina é professora associada da Universidade Estadual de Londrina, onde também atua como vice-diretora do CLCH/UEL. Recebeu, junto com a profa Maria Renata da Cruz Duran, o prêmio Prof. Rubens Murillo Marques, da Fundação Carlos Chagas (2016) pelo projeto: “Literatura, tecnologia e inclusão de deficientes visuais no ensino de História: o que acontece quando Shakespeare vai à escola?” Em 2022, acabou de publicar o livro “A arte de Eliseu Visconti e a Modernidade na Primeira República” (EDUEL, 468 páginas, 2022), onde aborda a história da Art Nouveau no Brasil dos anos 1920.

No artigo “O jogo duro do Dois de Julho e as narrativas sobre a participação da Bahia na Independência do Brasil em livros didáticos regionais para os Anos Iniciais” nosso leitor irá encontrar 3 fluxos de informações. Primeiro, uma revisão bibliográfica acurada da historiografia baiana sobre a Independência, com especial foco para as novas abordagens que, a partir da década de 1980, destacaram o papel de negros e mulheres nesse quadro mais geral. Depois, o leitor irá encontrar uma análise de como essa bibliografia mais recente impactou



a produção dos livros didáticos de História, demonstrando, numa tensão entre a supervalorização da guerra e a subvalorização de negros e mulheres, a permanência de valores historiográficos conservadores, ainda que balizados por um vocabulário atualizado. Na longa duração da História escolar, por fim, as figuras femininas são abordadas, comprovando, com Quitéria e Maria Felipa, o lugar complementar das mulheres na História.

Para fechar essa sessão sobre as pessoas que fizeram a Independência, depois de recorrer aos índios, negros, pardos, mulheres e mencionar tanto pesquisadores quanto professores de História não poderíamos deixar de lidar com um dos problemas centrais da historiografia da Independência que é a questão da escravidão. Afinal de contas, os escravos participaram da Independência? A escravidão foi tema e agente desse processo? Eis algumas. Das questões que debate Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, membro do IHGB, professor titular de História da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor e mestre em História pela University Of Illinois (1989), e bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE, 1980), com Pós-Doutorado na École de Hautes Études en Sciences Sociales. Em 2002, recebeu o Diploma de Alto Mérito Sócio-Cultural pelo livro “Liberdade, Rotinas e Rupturas do Escravismo”. Em 2011, recebeu o Prêmio Casa de las Américas pelo livro “O Alufá Rufino”, que escreveu em parceria com João José Reis e Flávio. Gomes. Foi eleito membro do Comitê da Área de História do CNPq para o intervalo 2020-2023.

No seu artigo Carvalho apresenta “o lugar do tráfico na história política de Pernambuco a partir da Revolução de 1817 que impactou o processo de Independência e o chamado “Ciclo das Insurreições Liberais do Nordeste”. Promete, de início, acompanhar a trajetória de dois traficantes de escravos, pai e filho, no quadro do processo da independência. Todavia, nos conta uma história muito maior do que essa. José Ramos de Oliveira, dono do grandioso engenho “Salgado”; Bento José da Costa, um dos mais ricos comerciantes de seres humanos da sua época; o revolucionário casamento de Maria Theodora, sua filha, com um dos líderes da insurreição de 1817, Domingos José Martins; os 74 dias de governo republicano na chamada Confederação do Equador; a execução dos padres envolvidos no movimento de 1817; e mesmo Mister Christophers, o agente do consulado inglês que parecia colaborar com a escravidão, chegando a denominar as atividades do engenho Salgado como uma pioneira “experiência com o trabalho livre”; passam pelos olhos do leitor.

Dessa profusão de informações, fontes e reflexões é possível depreender que a ausência de uma correlação entre a independência e a escravidão na



historiografia escamoteia um problema profundo. Numa das mais tradicionais leituras da independência, a continuidade das relações entre Brasil e Portugal se justificava pelos acordos legais que reiteraram a parceria econômica e comercial entre os dois territórios e também com a Inglaterra. No centro desses acordos, uma das principais commodities da época: seres humanos escravizados. Por que, então, legar para um segundo plano ou para um segundo momento, a discussão dessa correlação entre a emancipação política do Brasil e a liberdade desses seres humanos? O que o presente artigo insinua é que reivindicar uma ausência de fontes como justificativa para um silêncio sobre essas questões é manter num panteão heróico um confortável assento não apenas para os conservadores, ditos portugueses, mas também para os brasileiros, ditos liberais, cujas atividades comerciais mais do que triplicaram após a independência.

Com esse último artigo nos damos conta de que a História não é apenas aquilo que se viveu ou contou no passado, a História é também um conjunto de práticas discursivas que comungamos no presente reiterando uma estrutura social vigente. Nesses termos, a História é uma espécie de lastro do Direito. Destarte, coloca-se aqui uma segunda sessão em que a Independência é tomada primeiro por uma discussão sobre os direitos das pessoas, depois sobre os direitos constitucionais e, por fim, sobre os direitos nacionais ou de soberania.

Nessa seção intitulada “Direitos”, encontramos um artigo escrito a quatro mãos por Andrea Slemian e Renata Silva Fernandes. Andréa Slemian é mais um dos nomes bem conhecidos entre os estudiosos da Independência do Brasil, em minha. opinião, sobretudo após a publicação, em 2009, de “Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)” pela editora HUCITEC. Graduada, mestre e doutora em História pela Universidade de São Paulo, desde 2011, é professora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), onde leciona na graduação e na pós-graduação. Já pesquisou na Universidade Nova de Lisboa (Portugal) e na Università Di Roma “La Sapienza”, foi professora visitante da Universitat Jaume I (Espanha), no Instituto Tecnológico Autónomo do México (ITAM), na Universidade Jean Jaurés (Toulouse), na University Of Texas (Austin, EUA), na Universidad Del País Vasco (UPV, Bilbao) e na Universidade do Espírito Santo (UFES). Foi editora chefe da Revista Almanack (www.scielo.br/alm) de 2019 a 2021, e atualmente, edita a Revista Brasileira de História (RBH). Pelo conjunto dessa obra, é bolsista produtividade CNPq.

Renata Silva Fernandes é doutora em História pela Universidade Federal



de Juiz de Fora e cumpriu estágio de pesquisa na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Atualmente é professora permanente de História da América da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Co-líder, com Andréa Slemian e Roberta Stumpf, do grupo de pesquisa "Circuitos oceânicos: petições e comunicação política da América portuguesa ao Império do Brasil". Pesquisadora dos grupos "Percurso, Narrativas, Fragmentos: História do Direito e do Constitucionalismo" (Universidade de Brasília), "Núcleo de Estudos de História Social da Política" (Universidade Federal de Juiz de Fora) e "Justiças e Impérios Ibéricos de Antigo Regime - JIAR" (Universidade Federal Fluminense). Autora do livro *Um governo por conselhos: as províncias e o Império do Brasil* (Minas Gerais, 1822-1834).

O texto ““Na forma que com tanta justiça se requer”: o direito de petição no contexto da Independência do Brasil” honra uma historiografia que se robusteceu em língua portuguesa com os escritos de Antonio Manuel Hespanha, recentemente falecido. Nessa história consuetudinária do Direito, as fontes abordadas são 254 petições encaminhadas à Assembléia Constituinte Brasileira. O caudaloso volume de fontes é esquadrinhado em termos quantitativos e qualitativos, que nos permitem compreender tanto quem, como o quê se solicitava mediante tais instrumentos. Ao explicar a importância, o papel e até a própria nomenclatura peticionária, as autoras dão a conhecer desde uma tradição governativa da monarquia ibérica, até as expectativas de mudança de uma América recém-independente. Nessa lição sobre a monarquia constitucional, a carta de Cádiz e a de Lisboa são comparadas com a do Rio de Janeiro. Nessa história global, o direito de vigiar, representar e reclamar se apresentam como substratos de um tempo saquarema.

Às limitações das capacidades da História de julgar a Independência dedicaram-se os dois artigos que compõem a sessão aqui intitulada como “Projetos”. Nesses projetos de História da Independência figuram dois modelos primordiais da historiografia: aquele que entende a validade da continuidade e aquele que valoriza a ruptura. Obviamente, muito mais poderia ter sido dito sobre as muitas ramificações da historiografia da Independência que, de modo algum se reduz a um modelo binário de interpretação, mas essas duas contribuições e o recorte que privilegiam são suficientes para que se compreenda que um ângulo maior do que os 180 graus aqui expostos já se abriu entre os pesquisadores profissionais do tempo e seus registros. Na superfície coberta por esse ângulo encontraremos provocações que vão desde 1821 até os dias atuais.



Hevelly Ferreira Acruche, autora do primeiro texto dessa seção, é professora adjunta de História da América na Universidade Federal de Juiz de Fora. Formada em História pela UNIRIO, com Mestrado e Doutorado pela UFF. Autora do livro “A fronteira e as gentes. Diplomacia, lealdades e soberanias no extremo sul da América ibérica (1750-1830)” (2019) e organizadora da coletânea “História da América. Percursos e investigações” (2019).

O artigo de Hevelly Acruche, “Uma “grande família hispano-lusitana”: Silvestre Pinheiro Ferreira e o projeto de Confederação das Nações Independentes (1821 – 1822)”, trata da utopia de uma Confederação de Nações Independentes, que iria articular as recém-criadas repúblicas hispano-americanas, o Haiti, os Estados Unidos, a Grécia e também Portugal, ou seja, o projeto era algo mais amplo que aquele alentado no âmbito latino-americano. Escrito por Silvestre Pinheiro Ferreira (1769 – 1846), ministro de Negócios Estrangeiros e da Guerra de d. João VI, o projeto teria sido debatido por D. Simón Planas-Suárez, diplomata venezuelano, e Manuel de Oliveira Lima, diplomata brasileiro, no momento em que Oliveira Lima estava de passagem por Lisboa. A metodologia de Acruche é, portanto, arrojada, transitando entre um recorte que tem Silvestre Pinheiro Ferreira como protagonista e outro que apresenta os diplomatas do centenário da Independência como interlocutores dessa revisão de uma integração latino-americana.

Segundo Acruche, Silvestre Pinheiro Ferreira havia atuado no armistício de 1812 em Buenos Aires, no fim da ocupação lusitana de Montevidéu em 1821 e no retorno de d. João VI à Portugal. Para esse experiente ministro, reconhecer as independências das repúblicas circunvizinhas era importante para a manutenção de relações comerciais, mas era perigoso, por servir à legitimação de represálias espanholas. Acruche assinala que o projeto de Ferreira teria sido apoiado pelo “Libertador” dado seu prestígio, construído ao longo das atuações supracitadas, mas também porque forjava uma unidade para as repúblicas americanas contra a força recolonizadora do Congresso de Viena e da Santa Aliança. O próprio José Bonifácio de Andrada e Silva teria chegado a defender uma ideia similar anos depois, mas o parentesco entre d. Pedro I e Fernando VII teria suscitado a desconfiança de uma ação mais imperial do que liberal. Entre uma e outra opção também parecem ter oscilado os diplomatas que debatem a questão no início do século XX. Segundo Acruche, enquanto Oliveira Lima coroava a tese de um “desquite amigável”, Planas-Suárez era um defensor de Bolívar “contra a tirania do monarca espanhol”, assinalando a importância da ruptura com as metrópoles para os processos de independência latino-



americanos.

João Paulo Pimenta, autor do segundo texto da sessão, é professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo desde 2004, foi professor visitante do Colegio de México (2008) e da Universitat Jaume I, Espanha (2010). É autor de artigos, capítulos e livros publicados no Brasil e no exterior, incluindo: Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (São Paulo, Hucitec, 2002); O “nascimento político” do Brasil: origens do Estado e da nação (Rio de Janeiro, DP&A, 2003); Brasil y las independencias de Hispanoamérica (Castellón de la Plana, Universitat Jaume I, 2007); e A Corte e o Mundo (São Paulo, Alameda, 2008). Durante o bicentenário da Independência têm se destacado como um dos mais profícuos e sagazes debatedores online.

Seu artigo, “Oliveira Lima e as longas durações da historiografia da Independência”, aborda como a leitura de Oliveira Lima da Independência foi importante para toda a historiografia que se seguiu. Nesse sentido, o autor define os termos e as articulações dos argumentos desse diplomata- historiador, iniciando pela distinção entre portugueses e brasileiros e passando pelo grande elemento catalisador da Independência que foi d. Pedro I na obra de Oliveira Lima. Segundo Pimenta, o jovem Príncipe teria “modelado” o sentimento patriótico brasileiro ao alinhar as estradas de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro numa tecitura única. Quando ele se apaixona por uma dama paulista, em certa medida, se apaixona também por uma terra que acabara de descobrir. No espelho desse amor entre uma brasileira e um português, cria-se o afeto comum do patriotismo nacional, consagrado pela natureza, avexado pela moral. Na chama dessa paixão, foi cozida “a centralidade do “Grito do Ipiranga” no processo de Independência, elaborada ao longo do século XIX”. Prato oferecido aos historiadores apenas anos após as publicações de Oliveira Lima, cuja capacidade de personalizar esse processo político, tanto contribuiu para sua divulgação, como para algumas distorções. Às consequências das leituras de Oliveira Lima para a historiografia, Pimenta dedica a segunda parte de seu artigo, suscitando o imprescindível debate sobre as questões que movem a historiografia e sobre como o modo como acessamos o passado está intimamente relacionado com o modo como entendemos o presente.

Para finalizar esse dossiê, uma sessão sobre as palavras que nomearam a Independência foi criada. Essa sessão principia com um texto em que se explica como o uso das palavras também gerou a nobiliarquia brasileira, legitimando a própria lógica de definição da sessão. Depois, os textos que seguem, assim como os temas que abordam, encontram na dispersão árida da genealogia de um



vocabulário a razão de seu estilo mais ensaístico do que aquele encontrado nos outros artigos desse dossiê. Primeiro uma lírica nativista que forja ou reacende uma natureza Brasília, depois a busca por uma centelha revolucionária que justifique a verve do norte, por fim, uma estória que, contada e recontada sobre o nome do Brasil, celebra uma identidade antes definida em conjunto do que estabelecida de maneira independente.

Camila Borges da Silva é a professora adjunta de História do Brasil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro que escreveu o primeiro artigo dessa sessão. Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), foi contemplada com a bolsa FAPERJ Nota 10 durante o curso. Sua dissertação de mestrado, "O símbolo indumentário: distinção e prestígio no Rio de Janeiro (1808-1821)", recebeu o prêmio Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos concedido pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro em 2009. Em 2015, recebeu também o Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa pelo trabalho "As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)".

No seu artigo, "Com a benção de Deus: os padres nas ordens de Cristo e do Cruzeiro", Camila Borges da Silva irá apresentar um levantamento das razões pelas quais os religiosos do início do século XIX foram condecorados com as ordens de Cristo e do Cruzeiro, demonstrando as distinções entre ambas ao longo dos anos e os motivos pelos quais esses religiosos solicitaram tais distinções. Um mapeamento da origem e do local de atuação desses religiosos também é apresentado, destacando-se a presença de religiosos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Fosse "Pregando nos Púlpitos", fosse "Proclamando nas Praças", o papel desses religiosos foi considerado essencial na corroboração de uma imagem pacificadora do Príncipe, bem como de uma atuação apaziguadora dos religiosos.

A Inconfidência Mineira é muitas vezes lembrada como um dos principais precedentes da Independência do Brasil. No artigo "O Canto Genetliaco de Alvarenga Peixoto: uma releitura", a obra de um dos poetas mais importantes para a Inconfidência é esmiuçada a partir de uma leitura retórica, ou seja, a partir dos princípios morais que investiram o reconhecimento de uma identidade local da política nativista, lastro para o discurso de muitos "brasileiros" de 1822.

Quem escreveu esse artigo foi o jovem, porém doutor pela Universidade de São Paulo, e também doutorando pela Universidade de Harvard, Caio Cesar Esteves de Souza. Especialista nas letras coloniais luso-brasileiras do século



XVIII, é colunista eventual do Estado da Arte no jornal Estado de São Paulo (Estadão) e, em 2020, publicou “Obras Poéticas de Alvarenga Peixoto” numa colaboração entre o Ateliê Editorial e o Brazil Office of the David Rockefeller Center for Latin American Studies (DRCLAS).

Professor associado e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Direito da UERJ, Gustavo Silveira Siqueira é o autor do texto “Algumas notas sobre o Brasil no início dos anos 1820: Constituição, Independência e Política na segunda década do século XIX”, mas também o atual diretor da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e Secretário do Instituto Brasileiro de História do Direito (IBHD). Foi Visiting Scholar no Departamento de História da Harvard University e no Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte, é bolsista de Produtividade do CNPQ, pesquisador do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ-JCE) e professor da Universidade Estácio de Sá. Assinam com ele o artigo Luis Henrique Braga Madalena, Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Vice-Diretor da Academia Brasileira de Direito Constitucional, bem como Paulo Victor Viana França, Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e integrante do Laboratório Interdisciplinar de História do Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LIHDUERJ).

O texto apresenta a qualidade de dar a conhecer uma série de fontes históricas, na sua maioria panfletos, libelos e libretos, escritos entre 1820 e 1840. Tanto no Brasil, como em Portugal e, ainda, na Filadélfia. Primeiro sobre a questão da independência, depois sobre a constituição e, finalmente, sobre a república. Ainda que se limite à exposição de uma não justificada articulação de fontes, o artigo apresenta o mérito de dar a conhecer as definições dos termos mencionados, restituindo ao objeto histórico a força temporal de uma definição que muitas vezes desconhecemos no presente. Nesse sentido, é interessante notar o quanto independência e constituição estão relacionadas com a idéia de prosperidade e felicidade, antes mesmo que as idéias de igualdade, fraternidade e liberdade que orbitaram em torno da revolução francesa. Não obstante, vale destacar a submissão da constituição ao poder moderador do imperador, bem como às economias morais, típicas do Antigo Regime, que marcaram as relações entre Brasil e Portugal, definindo-se como um produto do monarquismo-constitucional, cuja originalidade muitos autores irão atribuir ao Brasil.

Onésimo Teotónio de Almeida é o autor do nosso último texto. Doutor em Filosofia pela Brown University, onde é professor associado desde 1991, é português dos Açores, nascido em 1946. Nos Estados Unidos, fundou, presidiu



e editou um sem número de instituições, editoras e organizações em prol da difusão da cultura em língua portuguesa a ponto de, em 2018, ter recebido a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique. Entre as muitas obras de sua lavra estão *O Século dos Prodígios - A Ciência no Portugal da Expansão* (2018). Prêmio Gulbenkian Portugal no Mundo e Academia Portuguesa de História, em 2018; assim como Prêmio D. Diniz, pelo Solar Casa de Mateus, em 2019. Em 2017, publicou um dos libelos mais interessantes para a História: *Humanidades*. Uma inutilidade mais do que necessária.

No ensaio intitulado “De “Ilha da Vera Cruz” a “Brasil” – revisitação à origem do nome”, o professor Onésimo de Almeida apresenta uma discussão sobre o nome do país que comemora seu bicentenário em 2022. Tema já visitado por diferentes e renomados historiadores, traz aqui a novidade de ser discutido à luz do “poder imaginário” que conformou a nomeação desse território. Ao imaginar um território afortunado por prover a matéria-prima à confecção das mais altas cores de distinção da sociedade, os navegadores que promoveram a expansão marítima vista no princípio da década moderna, fizeram emergir uma ilha de riqueza, prestígios e privilégios no meio do Atlântico. Quando os séculos seguintes projetaram esse nome para a terra habitada por tupis e guaranis, assegurando sua propriedade mediante os registros dessa nomeação, oficializou-se a esperança de um futuro próspero e mesmo de um refúgio para a nobreza desse lado do Atlântico. O artigo, apresenta ainda algo do caminho de uma pesquisa historiográfica mediante a sempre válida discussão com os pares, mas nem sempre íntima como a que se apresenta. Por essa intimidade com os pares e com a história em si, ensina aos novos leitores como proceder esse tipo de investigação e incita novos historiadores ao trabalho. Qualidade que também se espera de efemérides como a do Bicentenário da Independência.

Por fim, apresentamos um relato de nosso trabalho no projeto de extensão *A Peroba*, especialmente dedicado ao tema da Independência, com a minissérie “*A Peroba é Pau Brasil*”. Nesse esforço de democratização da ciência, cerca de 16 programas de rádio de 60 minutos com temas, formatos e convidados variados foram criados para serem veiculados em rede local, nacional e digital no segundo semestre de 2022. Muito do que poderá ser ouvido n’*A Peroba é Pau Brasil* é fruto do trabalho desenvolvido no presente dossiê, sendo assim, ambos os esforços se complementam e suplementam e, por essa razão, um último texto foi dedicado à registrar o projeto de extensão.

Por fim, mas não menos importante, é preciso dizer que esse dossiê contou, primeiro, com a colaboração da Biblioteca Oliveira Lima, situada fisicamente



na Universidade Católica de Washington, nos Estados Unidos da América, nomeadamente pelo atendimento atencioso do bibliotecário Henry Widener e da sua então diretora Natalia Heinrich.

A Biblioteca Oliveira Lima forneceu à boa parte dos autores desse dossiê uma quantidade considerável de documentos e livros digitalizados em um período relativamente curto, mas também complicado, o primeiro semestre de 2021, devido à pandemia mundial de COVID 19. Sem essa valiosa atenção, pouco de novo poderia ter sido feito nos prazos que tivemos. Agradeço portanto essa parceria imprescindível, continuada pela profa. dra. Duília de Mello em 2022.

O presente dossiê contou também com a colaboração da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, mediante o Programa Nacional de Apoio a Pesquisadores PNAP 2022, no fornecimento das imagens que separam as seções que esquadrinham nosso dossiê, conformando uma memória visual da Independência; bem como na divulgação desse material em meio digital, assegurando a longevidade da historiografia aqui produzida.

O dossiê contou ainda com a participação da professora doutora Karen Racine, da University of Guelph, no Canadá, na primeira etapa de seu desenvolvimento. Na conclusão de nossos trabalhos, por questões maiores, a professora precisou se afastar do projeto. Não obstante, agradeço muito por sua colaboração!

Todos os autores que integram esse dossiê foram convidados ou incitados a participarem entre o final de 2020 e o início de 2021 mediante a apresentação de uma questão, uma provocação ou uma fonte especialmente levantada para si. Por terem aceitado um desafio que atendia a curiosidade dessa historiadora que lhes escreve, agradeço mais do que posso expressar! Assim como agradeço, e talvez ainda mais, àqueles que não pude reter pelo caminho, seja por força de uma burocracia acadêmica que nos acachapa, seja por uma falta de forças que eu mesma não sei explicar de onde vem. Por todas essas colaborações, que certamente deixarão marcas no futuro passado, o meu muito obrigada.

Seja para concordar, debater ou discordar, registremos o que se chamou de “atualidade” de uma História da Independência e aspiremos ao julgamento do tribunal da posteridade que, em 100 anos, irá empunhar a serpe de d. Pedro I, cega em 1822; mas imbuída de um profundo interesse nas pessoas, nos direitos, nos projetos e nas palavras que compuseram a História do Brasil em 2022.



Notas

¹Doutora em História pela UNESP-Franca, Professora na Universidade Estadual de Londrina.